

DIAGNÓSTICOS DA AGROECOLOGIA E A SUA PRÁTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ESPÍRITO SANTO - BRASIL

Idelvon da Silva Poubel – Universidade Federal do Espírito Santo-UFES
idelvonpoubel@yahoo.com.br

Robson Francisco Loos – Universidade Federal do Espírito Santo-UFES
robloos@ig.com.br

Roberto José Hezer Moreira Vervloet – Universidade Federal do Espírito Santo-UFES
roberto_vervloet@yahoo.com.br

Paulo César Scarim – Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
pauloscarim@click21.com.br

INTRODUÇÃO:

Atualmente, a sociedade tem despertado uma maior consciência para as questões ligadas ao desenvolvimento sustentável. Isso se deve às próprias condições de degradação do ambiente promovidas pelo homem. Nota-se uma preocupação especial relacionada aos alimentos hoje produzidos com altos índices de utilização de defensivos agrícolas, fertilizantes químicos, entre outros, advindos da “revolução verde” em meados dos anos 50, que vem causando graves problemas de saúde (como câncer, alergias, etc.). Além disso, há grandes prejuízos aos ecossistemas como um todo: contaminação dos recursos hídricos, dos solos, pragas mais resistentes, entre outras conseqüências causadas pelas práticas dessa agricultura conhecida como convencional.

Em decorrência dessas questões, fala-se em agroecologia, que segundo AITIERI (2004), consiste em desenvolvimento de técnicas para a produção sustentável em um agroecossistema mantendo o equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos existentes, implicando na sua preservação e ampliação da biodiversidade, um tipo de produção que têm como características o desenvolvimento sustentável.

Ligado à agroecologia, tem-se um incentivo à agricultura familiar, fixando a mão-de-obra no campo, gerando empregos, diminuindo o deslocamento do homem do campo para as cidades que sofrem com os males sociais causados pelo inchaço populacional.

Introduzida gradativamente no Espírito Santo, a partir dos anos 80, a agroecologia tem sido vista como uma fonte promissora na geração de renda e emprego. Com 91% das propriedades rurais de agricultura familiar, levando-se em consideração que cerca de 73,33% desses estabelecimentos possuem até 50 hectares (IBGE, Censo Agropecuário 1995 – 1996), requisito que caracteriza uma atividade de agricultura familiar segundo critérios da FAO/INCRA, a agroecologia tem encontrado espaço como alternativa de geração de renda assentada nesse tipo de estrutura fundiária; existindo, porém, carências por parte dos órgãos públicos e até mesmo privados, no incentivo às pesquisas, fomento aos pequenos agricultores e aos profissionais ligados a essa temática.

Mesmo com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – em 1996, em que os agricultores familiares conquistaram uma atenção maior do governo federal e ação específica destinadas a promover a melhoria das suas condições de vida, nota-se a falta de incentivos e subsídios que apóiem o homem do campo em sua produção, viabilizando as práticas

agroecológicas. Estas, além de promoverem a conservação da biodiversidade podem trazer melhorias na qualidade de vida tanto para o trabalhador do campo quanto para o consumidor final, atendendo, assim, questões ligadas à segurança alimentar difundida pelo governo federal.

AGRICULTURA FAMILIAR

Não se pode dissociar a agroecologia da agricultura familiar. Esta no Brasil foi, e é marcada profundamente pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira, com suas três grandes características: a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravatura. A fragilidade e a dependência social e política deste extrato de agricultores está estreitamente relacionada com os eventos que proporcionaram o surgimento das grandes propriedades, a partir de 1850, e com os ciclos econômicos (açúcar e café).

O início da modernização da agricultura somente após a metade dos anos de 1960 fez com que trouxesse para o Brasil, as indústrias de tratores e equipamentos agrícolas, fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários, dentre outros.

A partir da constituição desses novos ramos da indústria agrícola, novos mercados também tinham que se abrir. O Governo do Estado do Espírito Santo implementou um conjunto de políticas agrícolas, destinadas a incentivar a aquisição dos produtos desse novo ramo da indústria, acelerando o processo de incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais. Este modelo desenvolvimentista que caracterizou a agricultura brasileira gerou uma grande concentração de terras e de renda no meio rural, marginalizando, no processo, mais de dois terços da população que vive no campo.

No caso da agricultura familiar capixaba, a evolução histórica não relata processo diferente. A ocupação do solo capixaba, dinamizada com a imigração europeia, principalmente a italiana e a alemã, se viabilizou com a distribuição das colônias (áreas de 25 ha.), no território estadual, onde o café foi a principal atividade econômica indutora desse processo. Escravos abolidos e colonos europeus, enfrentando o clima tropical, as florestas, as montanhas e as epidemias, construíram, em solo capixaba, a base de nossa estrutura agrária e do nosso modo de produção. Constituiu, anonimamente, o grande capital social a agricultura familiar.

Dessa forma, a agricultura familiar no Brasil sempre foi considerada um segmento marginal e de pequena importância para os interesses de uma sociedade capitalista que encarava a chamada grande agricultura, a monocultura do café, cana-de-açúcar, soja, etc; como atividade econômica de destaque e foco dos benefícios das políticas públicas. Sob o ponto de vista de muitos intelectuais que estudam a sociedade urbana, a agricultura familiar era vista como sinônimo de pobreza e de subdesenvolvimento. O homem do campo, agricultor familiar, era considerado pouco inteligente e incapaz de tomar decisões eficazes no gerenciamento do seu negócio.

Durante longo tempo, não houve interesse na geração de políticas públicas para esse segmento da sociedade tido, em geral, como um encargo e não como um participante do processo de desenvolvimento nacional. Os próprios instrumentos do Estado, a exemplo da assistência técnica e extensão rural, da pesquisa e do crédito, eliminavam o agricultor familiar de suas agendas. O surgimento de uma sociedade mais democrática, a partir do início dos anos 90, fortaleceu a

organização destes e de outros segmentos sociais, antes considerados incapazes. Suas organizações se mobilizaram na luta por direitos sociais, antes considerados proibidos.

Para reverter este quadro, é necessário rever os papéis que são atribuídos ao próprio setor agrícola, nos modelos tradicionais de desenvolvimento, os quais o apontam como provedor de alimentos de matérias-primas agroindustriais a baixo custo; fornecedor de mão-de-obra barata para outros setores da economia; mercado para as indústrias de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas; financiador do desenvolvimento de outros setores da economia, e gerador de divisas para o País.

A sociedade como um todo passou a enxergar a importância deste segmento social: o agricultor familiar passou a ser considerado e a agricultura familiar passou a ser vista como a melhor e mais econômica opção para a geração de emprego no campo e de ocupações produtivas para o desenvolvimento de uma sociedade com grande massa de desempregados.

O meio rural brasileiro abriga, segundo IBGE (1995-1996), cerca de um terço da população brasileira. Dentro desse contingente está a agricultura familiar, com sua forma de resistência às práticas impostas pela agricultura convencional da “Revolução Verde”, um público grande e heterogêneo, demandando tratamentos diferenciados (OLIVEIRA, 1997). Estima-se em aproximadamente quatro milhões o número de estabelecimentos familiares rurais existentes no Brasil. Desses, cerca de 10% - 414 mil famílias correspondem àqueles que participam de projetos de reforma agrária a partir de 1985, os quais se distribuem por mais de três mil assentamentos em 1.159 municípios brasileiros.

De forma geral, os agricultores familiares brasileiros podem ser divididos em três categorias de acordo com o grau de inserção no mercado: estagnados, intermediários e dinâmicos. Tal diferenciação decorre de diversos fatores, que vão desde os recursos naturais das regiões em que se localizam até as mudanças nos padrões tecnológicos das atividades produtivas que desenvolvem. Essa diferenciação requer, portanto, estratégias diferenciadas nas políticas públicas destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

De acordo com o conceito contemporâneo de desenvolvimento local sustentado, que privilegia o desenvolvimento humano, cabe à agricultura, e em particular à agricultura familiar, gerar renda de forma desconcentrada; criar ocupações produtivas; garantir suficiência, produtividade, qualidade, diversificação e continuidade a uma política de segurança alimentar; contribuir para uma maior competitividade da economia nacional; usar os fatores de produção sem degradação ambiental e contribuir para a redução das desigualdades especiais e sociais. Tudo isto em parceria com os demais setores da economia.

A institucionalização do PRONAF, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, um programa voltado aos interesses da agricultura familiar, passa a ser um grande instrumento de Estado, que auxilia na capitalização de recursos e na conquista da sustentabilidade para estes agricultores e suas famílias. Baseado nos princípios de participação, parceria, descentralização e gestão social, o PRONAF tem como fundamento o amadurecimento do exercício da democracia, o que se dá, principalmente, através dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) onde o agricultor familiar e os diversos representantes dos segmentos sociais do município, discutem seus problemas e identificam as alternativas de solução, a partir de suas próprias experiências, necessidades e prioridades.

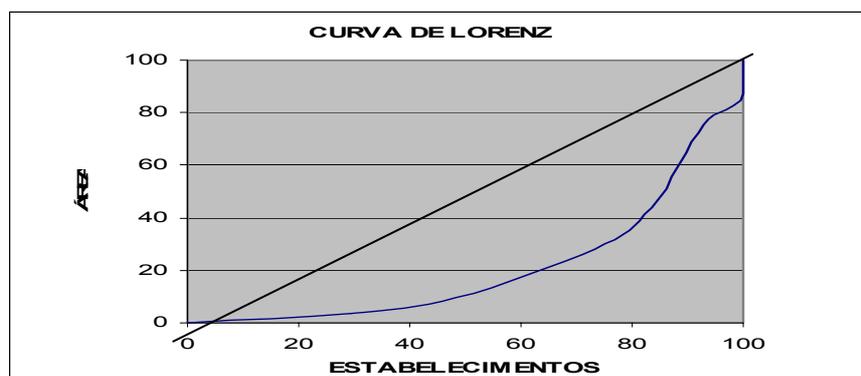
Do ponto de vista estatístico, a agricultura familiar brasileira representa 85,2% do total de estabelecimentos, ocupa 30,5% da área total e é responsável por 37,9% do valor bruto de produção agropecuária nacional, segundo IBGE (1995 – 1996).

No caso específico do Estado do Espírito Santo o número de estabelecimentos rurais era de 80.052, com uma área geográfica de 3.488.724 ha, segundo dados do IBGE, 1995/1996. O número de estabelecimentos familiares era de 58.704 propriedades, 73,33% do total de estabelecimentos rurais, ocupando apenas 27,81% da área geográfica disponível às práticas agrícolas.

ESPÍRITO SANTO CENSO AGROPECUÁRIO DE 1995 – 1996				
Grupos de área	Nº de estabelecimentos	Área (há)	% Área por grupo de estabelecimento	% Área acumulada
0 10	23 492	120.192	3,45	3,45
10 20	15 456	224.620	6,44	9,88
20 50	19 756	625.374	17,93	27,81
50 100	8 197	565.644	16,21	44,02
100 500	7 314	1.097.465	31,46	75,48
500 1000	5 635	316.343	9,07	84,55
1000 10000	197	374.479	10,73	95,28
10000 ou +	5	164.607	4,72	100,00
TOTAL	80 052	3.488.724	<i>Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995 – 1996.</i>	

Enquanto isso, 0,25% dos estabelecimentos constituía grandes latifúndios com mais de 1000 hectares, detendo 15,45% das terras agricultáveis no estado.

Há um predomínio numérico absoluto e percentual das pequenas e médias propriedades no Espírito Santo, refletindo nas práticas da agricultura familiar, porém é notório que os grandes latifúndios detenham boa parte das terras disponíveis às práticas agrícolas. O índice de Gini mostra essa tendência quando mede 0,57, em uma escala que varia de 0 a 1, refletindo a concentração de terras, expressa na curva de Lorenz.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995 – 1996.
 Organização: Idelvon da S. Poubel

Estes dados mostram a grande importância socioeconômica da agricultura familiar para o Estado. Contudo, a persistirem os problemas existentes no setor a tendência é de agravamento da situação num futuro próximo. Portanto, mudanças bem amplas são necessárias, como por exemplo, a pesquisa em tecnologias apropriadas, o aumento da consciência com a preservação ambiental e outras.

A HISTÓRIA DA AGRICULTURA ORGÂNICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Podemos considerar a década de oitenta como um marco para o início da agricultura orgânica no Estado do Espírito Santo. A participação da sociedade civil e algumas ações governamentais foram instrumentos importantes, para que a discussão e realização de ações, hoje caracterizadas como de agricultura orgânica, conquistassem seu espaço no Estado, como forma alternativa à agricultura convencional praticada com mais ênfase a partir da “Revolução Verde”.

A participação de um grupo de técnicos e agricultores no Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, a vinda da PTA-FASE (Programas de Tecnologias Alternativas), mais tarde APTA - Associação de Programas de Tecnologias Alternativas, a criação dos CIERs – Centro Integrado Extensão Rural, através de uma parceria com a Secretaria Estadual de Agricultura – SEAG e Secretaria Estadual de Educação – SEDU, prefeituras de Águia Branca, Boa Esperança e Nova Venécia (Vila Pavão, após sua emancipação política), as experiências do 'Hortão' de Cachoeiro de Itapemirim foram algumas das iniciativas que deram apoio ao surgimento e desenvolvimento da agricultura orgânica capixaba.

O movimento de agricultura orgânica, iniciado no Estado nessa época era realizado pelo que se denominava informalmente 'rede de agricultura alternativa', formada por instituições não governamentais como a APTA, CIER Grupo Kapi'xawa, Projetos da Igreja Luterana (Associação Diacônica Luterana, Projeto Guandu e mais recentemente os Projetos Denes e BASES), Pastoral da Terra da Igreja Católica (CPT), associações de agricultores, sindicatos dos trabalhadores rurais (STR) do norte do Estado e algumas Escolas Famílias Agrícolas - EFA.

Devemos destacar também o pioneirismo de grupos de agricultores na implantação de sistemas agroecológicos, preocupados com os casos de intoxicação por agrotóxicos utilizados nas lavouras, sobretudo os produtores de hortaliças da região Centro-Serrana. Ao aprofundarmos neste histórico, é importante que não omitamos personagens e instituições com papel relevante neste período, como é o caso do trabalho da APSAD-Vida (Associação dos Produtores Santamarienses em Defesa da Vida), pioneiro na produção comercial de alimentos orgânicos por agricultores familiares do Espírito Santo.

A formação do consórcio Santa Maria - Jucú, alertando para os problemas de poluição dos mananciais que abastecem a grande Vitória, em grande parte causada pelos agrotóxicos aplicados na produção de olerícolas na região serrana, também contribuiu para repensar o padrão agrícola adotado.

Quanto ao trabalho realizado por instituições governamentais, a criação dos CIER a partir de 1982, contribuiu para a experimentação em agroecologia com a participação de alunos, pais e professores. A EMCAPA – Empresa Capixaba de Pesquisas Agrícolas, (atualmente Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural – Incaper), iniciou em 1990 os primeiros trabalhos de pesquisa em

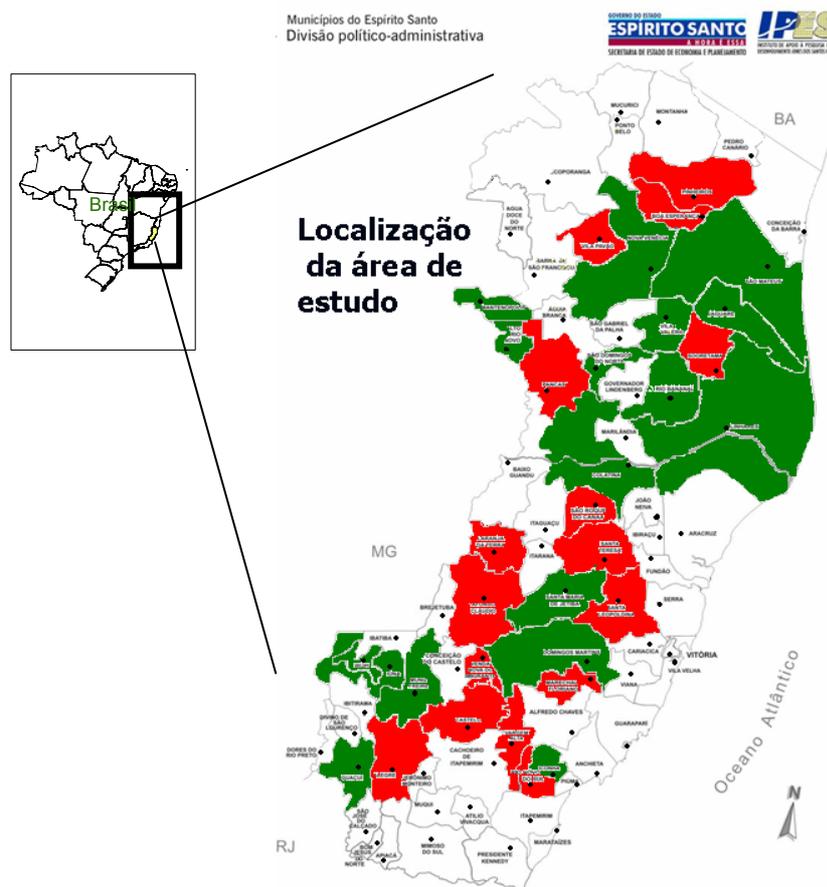
Olericultura Orgânica, no Centro Regional de Desenvolvimento Rural Centro-Serrano, através da implantação de um Sistema Integrado de Pesquisa em agricultura orgânica, o que resultou numa importante contribuição para o desenvolvimento da agricultura orgânica capixaba.

É neste cenário que o INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural vêm atuando, através do trabalho de pesquisadores e extensionistas comprometidos com a agricultura orgânica.

Restrita durante muito tempo quase que à produção de olerícolas por agricultores da região Centro-Serrana, especialmente os de Santa Maria de Jetibá, a agricultura orgânica, nos últimos anos, vem contando com iniciativas de produção em vários locais do Estado, no sentido de ofertar um leque mais variado de produtos orgânicos ao mercado. Podemos destacar a conversão de sistemas de produção de café conilon e frutas tropicais nos últimos anos.

Da mesma forma, o cenário de instituições envolvidas na cadeia produtiva dos orgânicos e os circuitos de comercialização foram se modificando, culminando com a criação de uma certificadora estadual: a Associação de Certificação de Produtos Orgânicos do Espírito Santo: a “Chão Vivo”.

O MAPA DA AGROECOLOGIA NO ESPÍRITO SANTO



Fontes: IPES – Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves, 2005.

Governo do Estado do Espírito Santo: Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Pesca, 2005.

INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, 2005.

Escala ignorada.

Municípios onde existe prática Agroecológica

Municípios com propriedades em processo de conversão ou agricultura orgânica

Municípios onde não existem as práticas agroecológicas

Quando analisada a distribuição das práticas agroecológicas pelo Estado do Espírito Santo, percebemos a ocorrência desse evento sob duas nuances diferentes: as de áreas cultivadas por agricultores de origem européia, principalmente os alemães e polimeranos, situados nas regiões Sul e Serrana Capixabas, em sua grande maioria; as comunidades tradicionais remanescentes de quilombolas com áreas de cultivo ao Norte do Rio Doce e, em menor grau de destaque, pequenos núcleos no Sul do Estado. É de se destacar a vivência das técnicas de manejo e uso do solo, efetuados por esses grupos de agricultores que, segundo ALTIERI (2004), geram uma produção sustentável em um agroecossistema derivando equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes.

Em um quadro comparativo podemos distinguir as atribuições dadas à agricultura convencional e à agroecologia.

AGRICULTURA TRADICIONAL E AGROECOLOGIA

Desvantagens ambientais da agricultura tradicional	Vantagens da utilização das formas da agroecologia
<ul style="list-style-type: none">• suas monoculturas degradam a paisagem• produz altos índices de toxidade pelos agroquímicos utilizados• elimina a biodiversidade• degrada o solo• polui os recursos hídricos• maximiza a utilização da energia gerada no próprio sistema natural	<ul style="list-style-type: none">• possibilita a natural renovação do solo• facilita a reciclagem de nutrientes do solo• utiliza racionalmente os recursos naturais• mantém a biodiversidade que é importante para a formação do solo

Fonte: ALTIERI, 2004.

Nos últimos anos a capacidade de transformação dos espaços agrícolas tem sido formulada por mecanismos que vem ganhando um novo incremento que, aliado à questão ambiental, tem preocupações profundas com a questão social e econômica no campo. Trata-se da construção de uma configuração do espaço agrícola que seja capaz de manter a harmonia de sua dinâmica paisagística e de seus ecossistemas inseridos e a rentabilidade social e econômica das atividades que possibilitam a formação dessa configuração. Tal atividade, ou grupos de atividades, pode ser visualizado pelas práticas que respondem por aquilo que vem sendo trabalhado neste texto através das práticas agroecológicas.

Duas grandes preocupações a princípio vão permear a esfera das práticas agroecológicas em sua conformação no espaço agrícola. Uma é a que trata da questão do aperfeiçoamento de atividades agrícolas que se preocupem em manter a integridade da harmonia dos sistemas ecológicos da paisagem, inseridas nesses espaços. A outra diz respeito a preocupação de fazer dessas atividades, algo que seja rentável e mantenha a capacidade produtiva e a possibilidade do homem do campo de se manter frente à agricultura convencional e agroindústria. O espaço agrícola se mostra como um jogo de explorações fundamentado em práticas agrícolas inadequadas, porém rentáveis, e que por serem de outro contexto histórico produtivo, possibilitam uma maior sustentabilidade no campo. Tal ambiente complexo é muito bem caracterizado nesta citação de Santos (1978) quando escreve,

“O espaço agrícola é, pois, marcado por desigualdades gritantes: de um lado, as explorações agroindustriais, quase sempre presas ao mercado mundial e ligadas, direta ou indiretamente, aos capitais internacionais; por outro lado, pequenas explorações que funcionam à base do trabalho humano e de um capital variável fraco, muitas vezes obtido através de empréstimos usurários. Entre os dois, toda uma gama de explorações que combinam de modos múltiplos as frações de capital e de trabalho.”

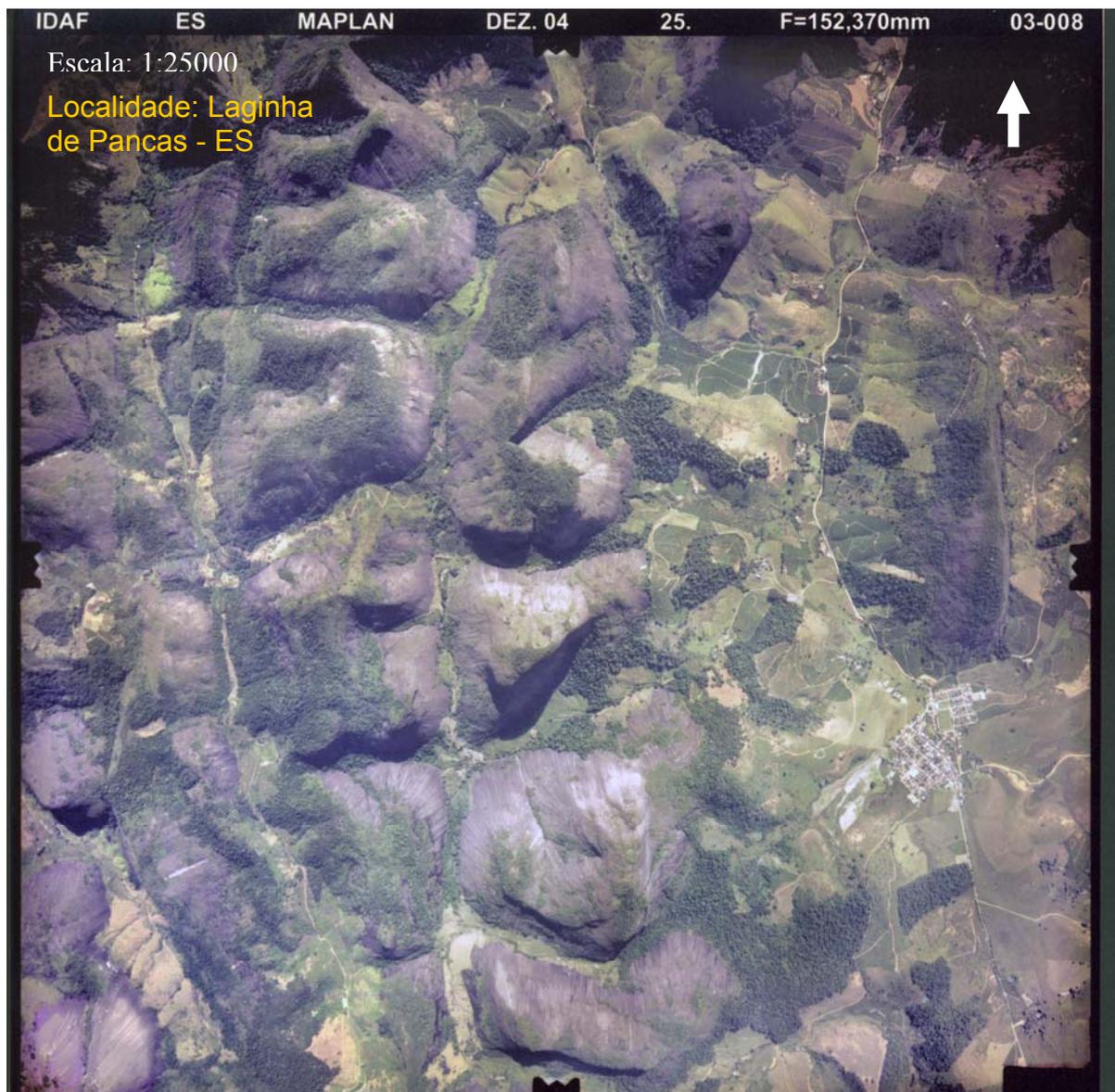
Portanto, é de difícil concretização, pensar atualmente na conformação do espaço agrícola, sem levar em conta a complexidade que atua nessa conformação, sendo de difícil inserção uma outra realidade que tenha por fundamento, manter a integridade dos sistemas ecológicos e ao mesmo tempo garantir contexto rentável de base econômica e social, para os pequenos agricultores. Tal dinâmica, que é de todo modo recente, provoca diversas transformações e acirra a mobilidade do espaço agrícola em diversas porções do território.

Um exemplo claro dessas transformações que tem gerado o acirramento entre proprietários que produzem em bases agroecológicas, os grandes latifundiários, puxados pelos investimentos advindos com o “boom” do agronegócio, ou *agribusines*, e também os órgãos governantes é disputa pela região do Parque dos Pontões Capixaba, localizado nos municípios de Pancas e Águia Branca, na região noroeste do Estado do Espírito Santo. Nessa região, caracterizada por afloramentos rochosos e grandes complexos de *inselbergs*, se concentram os últimos remanescentes da Mata Atlântica com uma variedade significativa de espécies animais e vegetais, vivem cerca de 400 famílias de agricultores que vivem há anos em propriedades incluídas na área do Parque, reivindicando a revogação do decreto de criação da unidade e a garantia de permanência em suas terras.

Pesquisando em imagens de levantamentos aéreos das décadas de 70 e comparando-as com as de hoje, percebe-se a importância do uso consciente e racional do solo, com a rápida recuperação das áreas degradadas.

Dessa forma as propostas apontadas por ALTIERI, ANDERSON e MERRICK (1987, in ALTIERI, 2004), são contempladas na resistência do manejo agroecológico praticado pelas famílias que vivem na área onde situa-se o Parque dos Pontões Capixaba, pois esse tipo de prática agrícola:

- *“cria uma cobertura vegetal contínua para a proteção do solo;*
- *assegura constante produção de alimentos, variedade na dieta alimentar e produção de alimentos e outros produtos para o mercado;*
- *fecha os ciclos de nutrientes e garante o uso eficaz dos recursos locais;*
- *contribui para conservação dos solos e dos recursos hídricos através da cobertura morta e da proteção contra o vento;*
- *intensifica o controle biológico de pragas fornecendo um habitat para os inimigos naturais;*
- *aumenta a capacidade de múltiplos usos do território;*
- *assegura uma produção sustentável das culturas sem o uso de insumos químicos que possam degradar o ambiente.”*



Fonte: IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal, 2005.

CONCLUSÃO:

Este trabalho aponta o início dos estudos a respeito dos impactos das atividades agroecológicas no Espírito Santo.

O uso do solo e dos recursos hídricos, além de novas alternativas de retenção do homem no campo, são vias alternativas à luz da agroecologia em detrimento aos avanços, a passos largos, com que o agronegócio tem se processado e se desenvolvido pelo meio rural, com um modelo concentrador, gerador de desigualdades.

Há de se levar em consideração que a própria população, de uma forma geral, vem se despertando e tomando consciência à respeito do modo de produção vigente no campo, da utilização de insumos e defensivos agrícolas que cada vez mais tem sido combatidos por aqueles que buscam a qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1995 – 1996**. Número 17, Espírito Santo. Rio de Janeiro, 1997.

HARKALY, A. **Perspectivas da agricultura orgânica no mercado internacional**. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE PRODUÇÃO ORGÂNICA DE HORTALIÇAS. 1, (1998: Vitória). Anais. Vitória: EMCAPA, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

_____ **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____ **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1999.

PESSOA, Vera Lúcia Salazar. **DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: DESAFIOS NA QUESTÃO ECOLÓGICA, ECONÔMICA E SOCIAL DA GRANDE EMPRESA RURAL NO BRASIL**. In: CASTRO, Iná Elias; MIRANDA, Mariana; EGLER, Cláudio A. G. (org.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/FAPERG, 2000.

SANTOS, Milton. **Espaço e Dominação**. AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros, seleção de textos 4. São Paulo, 1978.

_____ **A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA**. São Paulo: HUCITEC, 1993.